

MARCO AURÉLIO BEZERRA DE MELO

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá

Professor Adjunto de Direito Civil e do Consumidor da

Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro

Membro honorário do IAB

Membro da Academia Brasileira de Direito Civil, do IBDCivil e do IBDFAM



CURSO DE DIREITO CIVIL

VOLUME V



DIREITO DAS COISAS

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2015

© 2014 by Editora Atlas S.A.



Capa: Leonardo Hermano
Projeto gráfico e composição: Set-up Time Artes Gráficas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Melo, Marco Aurélio Bezerra de
Direito das coisas / Marco Aurélio Bezerra de Melo. – São Paulo: Atlas,
2015. – (Coleção curso de direito civil; v. 5).

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-9442-2

1. Direito civil – Brasil 2. Direito das coisas – Brasil
3. Direitos reais – Brasil I. Título. II. Série.

14-11435

CDU-347.2(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito das coisas : Direito civil 347.2(81)
2. Brasil : Direitos reais : Direito civil 347.2(81)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total
ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos
direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

Sumário

Apresentação, xix

Prefácio, xxiii

I Delimitação do estudo sobre o direito das coisas, 1

- 1 Nomenclatura: Direito das Coisas ou Direitos Reais?, 1
- 2 Introdução e Conceito, 2
- 3 Características, 4
 - 3.1 Oponibilidade Contra Todos, 4
 - 3.2 Aderência ou Inerência, 5
 - 3.3 Ambulatoriedade, 5
 - 3.4 Sequela, 6
 - 3.5 Publicidade, 6
 - 3.6 Taxatividade, 7
 - 3.7 Perpetuidade, 11
 - 3.8 Preferência, 12
- 4 Diferenças para os Direitos Pessoais, 13
- 5 Conteúdo do Direito das Coisas, 14
- 6 Obrigação *Propter Rem*, 15
- 7 Sub-Rogação Real, 16
- 8 Patrimônio de Afetação, 17

II Da posse e sua classificação, 21

- 1 Conceito, 21
- 2 Teoria Subjetiva de Savigny, 21
- 3 Teoria Objetiva de Ihering, 24
- 4 Teoria Social da Posse, 27

- 5 Posse de Direitos Pessoais, 31
- 6 Natureza Jurídica da Posse: Fato ou Direito?, 33
- 7 A Detenção, 36
- 8 Classificação da Posse, 39
 - 8.1 Posse Direta e Indireta, 39
 - 8.2 Posse Exclusiva e Composse, 42
 - 8.3 Posse Justa e Posse Injusta, 44
 - 8.4 Posse de Boa-Fé e Posse de Má-Fé, 48
 - 8.5 Posse Nova e Posse Velha, 52
 - 8.6 Posse *Ad Interdicta* e Posse *Ad Usucapionem*, 53
 - 8.7 Posse de Bem Público e de Bem Particular, 53
- 9 Convalescimento da Posse Precária e a Interversão do Caráter da Posse, 56
- 10 Posição mais Favorável do Possuidor, 60

III Da aquisição, transmissão e perda da posse, 63

- 1 Modos de Aquisição, 63
- 2 Aquisição da Posse na Sucessão Hereditária, 65
- 3 Constituto Possessório, 66
- 4 Quem pode Adquirir a Posse, 69
- 5 Transmissão da Posse, 70
- 6 Perda da Posse, 71
- 7 Perda da Posse Não Presenciada pelo Possuidor, 73

IV Efeitos da posse, 75

- 1 Os Interditos Possessórios, 75
 - 1.1 A Autotutela na Defesa da Posse, 76
 - 1.2 Ação de Interdito Proibitório, 78
 - 1.3 Ação de Manutenção de Posse, 79
 - 1.4 Ação de Reintegração de Posse, 80
 - 1.5 Ação de Embargos de Terceiros Possuidores, 81
 - 1.6 Ação de Imissão de Posse, 82
- 2 Aspectos Relevantes nas Ações Possessórias, 83
 - 2.1 Princípio da Fungibilidade das Ações Possessórias, 83
 - 2.2 Cumulação de Pedidos nas Ações Possessórias, 84
 - 2.3 Caráter Dúplice das Ações Possessórias, 85
 - 2.4 A Exceção de Domínio nas Ações Possessórias, 85
 - 2.5 A Liminar Possessória, 89
- 3 Da Ação Possessória em Face de Terceiro Adquirente, 90
- 4 Efeitos da Qualidade Subjetiva da Posse em Relação aos Frutos, 91
- 5 Efeitos da Qualidade Subjetiva da Posse em Relação à Responsabilidade Civil pelo Perecimento do Bem, 92
- 6 Efeitos da Qualidade Subjetiva da Posse em Relação às Benfeitorias, 92
- 7 Direito de Retenção por Benfeitorias Necessárias e Úteis, 93
- 8 Compensação entre o Dano Sofrido e Benfeitoria Realizada, 96

V Da propriedade, 99

- 1 Conceito e Características, 99
- 2 Legitimidade do Detentor para a Ação Reivindicatória, 102
- 3 Função Social da Propriedade, 103
- 4 Abuso do Direito de Propriedade, 109
- 5 A Expropriação Social do Artigo 1.228, §§ 4ª e 5ª, do Código Civil Brasileiro, 110
 - 5.1 Semelhança da Expropriação Privada com a Usucapião, 114
 - 5.2 Semelhança da Expropriação Privada com a Desapropriação, 114
- 6 Limites ao Direito de Propriedade, 115
- 7 Da Descoberta, 118

VI Da aquisição da propriedade, 121

- 1 Sistemas de Aquisição da Propriedade, 121
- 2 Aquisição a Título Singular e Universal, 123
- 3 Aquisição Originária e Derivada, 123
- 4 Usucapião, 124
 - 4.1 Generalidades, Natureza Jurídica, Fundamento e Conceito, 124
 - 4.2 Usucapião: Modo Originário ou Derivado de Aquisição da Propriedade?, 126
 - 4.3 Requisitos Genéricos, 129
 - 4.4 Posse Ininterrupta ou Contínua, 129
 - 4.5 Posse sem Oposição, 131
 - 4.6 Posse com Intenção de Dono (*Animus Domini*), 131
 - 4.7 Bem Hável a ser Usucapido (*Res Habilis*), 133
 - 4.8 Tempo, 137
 - 4.9 Ausência de Causas Obstativas ao Curso do Prazo de Prescrição Aquisitiva, 137
 - 4.10 A Sentença é Requisito?, 139
 - 4.11 Sentença Declaratória de Usucapião e Ação Publiciana, 140
 - 4.12 Efeito Retroativo da Usucapião, 142
 - 4.13 Legitimação para Usucapir, 143
 - 4.14 Usucapião Extraordinária, 144
 - 4.15 Usucapião Ordinária, 145
 - 4.16 Usucapião Ordinária com Posse Social e a Usucapião Tabular, 146
 - 4.17 Usucapião Especial Urbana (*Pro Moradia*), 149
 - 4.18 Usucapião Especial Rural (*Pro Labore*), 152
 - 4.19 A Concessão de Uso como Direito Real Resolúvel, 152
 - 4.20 Usucapião Familiar, 156
 - 4.21 Direito Intertemporal na Usucapião, 160
- 5 Aquisição da Propriedade Imóvel pelo Registro no Cartório Imobiliário, 162
 - 5.1 Generalidades, 162
 - 5.2 Atos do Registro de Imóveis, 163
 - 5.3 Atributos do Registro de Imóveis: publicidade, força probante, legalidade, obrigatoriedade, continuidade, retificação, tipicidade, prioridade e especialidade, instância e territorialidade, 165
 - 5.4 Eficácia do Registro de Imóveis, 170

- 5.5 A Prenotação do Título no Cartório de Imóveis, 171
- 5.6 Procedimento Administrativo de Dúvida, 171
- 6 Acessões Imobiliárias: Conceito, Natureza Jurídica e Fundamento, 173
 - 6.1 Modalidades de Acessões Naturais ou Contínuas, 174
 - 6.2 Formação de Ilhas, 174
 - 6.3 Aluvião, 175
 - 6.4 Avulsão, 176
 - 6.5 Álveo Abandonado, 176
 - 6.6 Acessões Artificiais, Industriais ou Discretas (Construções e Plantações), 177
- 7 Sucessão Hereditária, 183
- 8 Territórios Ocupados por Quilombos, 183
- 9 Legitimação de Posses, 192
 - 9.1 Generalidades, 192
 - 9.2 Procedimento da Legitimação de Posse como Instrumento de Regularização Fundiária em Assentamentos Humanos Informais, 194
- 10 Aquisição da Propriedade Móvel, 199
 - 10.1 Ocupação, 199
 - 10.2 Tesouro, 200
 - 10.3 Tradição, 200
 - 10.4 Especificação, 203
 - 10.5 Da Confusão, da Comistão e da Adjunção, 204
 - 10.6 Usucapião, 205

VII Da perda da propriedade, 207

- 1 Disposições Gerais, 207
- 2 Modalidades de Perda da Propriedade, 207
 - 2.1 Alienação, 207
 - 2.2 Renúncia, 208
 - 2.3 Abandono, 209
 - 2.4 Perecimento da Coisa, 211
 - 2.5 Desapropriação, 211

VIII Dos direitos de vizinhança, 213

- 1 Introdução, Conceito e Natureza Jurídica, 213
- 2 Diferença entre Direito de Vizinhança e Servidão Predial, 215
- 3 Modalidades, 217
 - 3.1 Uso Anormal da Propriedade, 217
 - 3.2 Uso Anormal da Propriedade Referente ao Direito de Construir, 225
 - 3.3 Árvores Limítrofes, 227
 - 3.4 Passagem Forçada, 229
 - 3.5 Passagem de Cabos e Tubulações, 231
 - 3.6 Águas, 232
 - 3.6.1 Escoamento Natural das Águas que Fluem do Prédio Superior, 232
 - 3.6.2 Escoamento Artificial das Águas que Fluem do Prédio Superior, 233

- 3.6.3 Direito ao Uso das Fontes Naturais, 234
- 3.6.4 Direito de Aqueduto, 234
- 3.6.5 Proibição de Poluir Águas, 236
- 3.6.6 Direito de Represamento, 237
- 3.7 Limites entre Prédios, 237
- 3.8 Direito de Tapagem, 238
- 3.9 Direito de Construir, 239
 - 3.9.1 Estilicídio, 240
 - 3.9.2 Preservação do Direito à Privacidade, 241
 - 3.9.3 Prazo Decadencial para o Desfazimento da Obra, 242
 - 3.9.4 Direito de Travejamento, 242
 - 3.9.5 Parede Divisória e Parede-Meia, 243
 - 3.9.6 Alteamento, 244
 - 3.9.7 Direito de Penetração e Responsabilidade Civil, 244
 - 3.9.8 Limites Publicísticos ao Direito de Construir, 246

IX Do condomínio geral, 249

- 1 Generalidades, 249
- 2 Direitos e Deveres dos Condôminos, 251
- 3 Da Divisão e Extinção do Condomínio, 256
- 4 Da Administração do Condomínio, 259
- 5 Do Condomínio Necessário, 261

X Do condomínio edilício, 263

- 1 Breves Antecedentes Históricos, 263
- 2 Natureza Jurídica, 264
- 3 Regime Jurídico das Titularidades no Condomínio Edilício, 267
- 4 Regimes Jurídicos da Garagem no Condomínio Edilício, 269
- 5 Constituição do Condomínio Edilício, 271
- 6 Convenção de Condomínio: Conceito, Natureza Jurídica, Requisitos de Constituição e Efeitos Jurídicos, 273
- 7 Regimento Interno, 276
- 8 Direitos Básicos dos Condôminos, 278
- 9 Deveres Básicos dos Condôminos, 279
- 10 Natureza Jurídica da Cota Condominial, 285
- 11 Efeitos da Mora do Condômino, 287
- 12 Multa ao Condômino por Infração às Normas Condominiais, 295
- 13 Condômino Nocivo e Antissocial: Consequências Jurídicas, 296
- 14 Da Administração do Condomínio, 300
 - 14.1 Síndico, 300
 - 14.2 Conselho Consultivo, 303
 - 14.3 Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, 303
 - 14.4 Conselho Fiscal, 306
- 15 Seguro contra Riscos de Incêndio e Destruição, 306

- 16 Responsabilidade Civil do Condomínio frente aos Condôminos e a Terceiros, 306
- 17 Da Extinção do Condomínio, 308
- 18 Multipropriedade Imobiliária, 309
- 19 Megacondomínios (Complexos Multiúso), 312

XI Da propriedade temporária, 315

- 1 Propriedade Resolúvel, 315
 - 1.1 Natureza Jurídica, 317
 - 1.2 Aplicação Prática, 318
 - 1.3 Efeitos, 319
- 2 Propriedade Revogável, 320

XII Propriedade aparente, 323

XIII Do direito de superfície, 325

- 1 Conceito e Natureza Jurídica, 325
- 2 Referência Histórica, 329
- 3 Institutos Análogos, 330
 - 3.1 Locação Urbana ou Rural, 330
 - 3.2 Parceria Agrícola, 331
 - 3.3 Enfiteuse, 331
 - 3.4 Servidão Predial, 332
 - 3.5 Concessão de Uso como Direito Real Resolúvel, 332
- 4 Modos de Constituição, 333
 - 4.1 Contrato ou Testamento, 333
 - 4.2 Usucapião, 333
 - 4.3 Decisão Administrativa, 334
- 5 Conteúdo e Características, 335
- 6 Responsabilidade pelas Obrigações *Propter Rem*, 337
- 7 Direito de Preferência, 338
- 8 Direito de Sobrelevação, 339
- 9 Direito de Laje, 341
- 10 Extinção, 342
- 11 Referências ao Estatuto da Cidade, 344

XIV Da servidão predial, 347

- 1 Conceito, 347
- 2 Características, 349
 - 2.1 Gravame Real Imobiliário, 349
 - 2.2 Pressupõe Prédios com Proprietários Distintos, 350
 - 2.3 A Servidão Predial Não se Presume, 350
 - 2.4 Inalienabilidade, 351
 - 2.5 Indivisibilidade, 351
 - 2.6 Perpetuidade, 352
 - 2.7 Acessoriedade, 352

- 2.8 Ilimitada, 352
- 3 Modos de Constituição, 353
 - 3.1 Por Ato de Vontade, 353
 - 3.2 Por Destinação do Proprietário, 354
 - 3.3 Decisão Judicial, 356
 - 3.4 Usucapião, 357
- 4 Classificação, 358
 - 4.1 Servidões Urbanas e Rústicas, 358
 - 4.2 Servidões Positivas e Negativas, 359
 - 4.3 Servidões Aparentes e Não Aparentes, 360
 - 4.4 Contínuas e Descontínuas, 360
 - 4.5 Servidão Administrativa, 361
- 5 Direitos e Deveres Decorrentes do Exercício das Servidões Prediais, 362
- 6 Ação Confessória e Negatória da Servidão Predial, 366
- 7 Extinção da Servidão, 367
 - 7.1 Renúncia, 368
 - 7.2 Cessação da Utilidade, 369
 - 7.3 Resgate, 369
 - 7.4 Confusão, 370
 - 7.5 Supressão das Obras, 370
 - 7.6 Não Uso, 370
 - 7.7 Desapropria o, 371
 - 7.8 *Usucapio Libertatis*, 372

XV Do usufruto, 375

- 1 Conceito, 375
- 2 Objeto, 376
- 3 Modos de Constitui o, 378
 - 3.1 Contrato, 378
 - 3.2 Testamento, 380
 - 3.3 Usucapião, 381
 - 3.4 Lei, 381
 - 3.5 Sentença Judicial, 382
 - 3.6 Sub-Roga o, 383
- 4 Características, 383
 - 4.1 Direito Real, 383
 - 4.2 Caráter Personalíssimo, 384
 - 4.3 Temporariedade, 384
 - 4.4 Inalienabilidade, 384
- 5 Institutos Análogos, 385
 - 5.1 Fideicomisso, 385
 - 5.2 Comodato e Loca o, 387
- 6 A Situa o Jurídica do Credor frente   Constitui o do Usufruto, 388
- 7 Direitos do Usufrutuário e Obriga o es do Nu-Proprietário, 389

- 8 Dos Deveres do Usufrutuário e Direitos do Nu-Proprietário, 393
- 9 Da Extinção do Usufruto, 397
 - 9.1 Renúncia, 398
 - 9.2 Morte do Usufrutuário, 398
 - 9.3 Advento do Termo, 398
 - 9.4 Implemento da Condição, 399
 - 9.5 Extinção da Pessoa Jurídica, 399
 - 9.6 Cessação do Motivo de que se Origina, 399
 - 9.7 Cessação da Causa para o Usufruto Legal, 399
 - 9.8 Destruição da Coisa Dada em Usufruto, 400
 - 9.9 Consolidação, 400
 - 9.10 Resolução do Contrato por Culpa do Usufrutuário, 400
 - 9.11 Não Uso, 401
 - 9.12 O Usufruto Simultâneo (Co-Usufruto) e sua Extinção, 402
 - 9.12.1 Extinção do Co-Usufruto em Decorrencia de Ato *Inter Vivos*, 403
 - 9.12.2 Extinção do Co-Usufruto em Decorrencia de Ato *Mortis Causa*, 403

XVI Do uso e da habitação, 405

- 1 Direito Real de Uso, 405
- 2 Direito Real de Habitação, 406

XVII Compromisso de compra e venda de bem imóvel, 411

- 1 Conceito e Natureza Jurídica, 411
- 2 Breve Evolução Histórica do Instituto no Brasil, 415
- 3 Forma do Contrato, 417
- 4 A Irretratabilidade da Promessa, 419
- 5 A Mora do Compromissário Comprador. Vedação da Cláusula Resolutiva Expressa. Resolução do Contrato por Inadimplemento do Compromissário Comprador, 421
- 6 Cláusula de Perdimento ou Decaimento, 423
- 7 Necessidade de Outorga Conjugal, 427
- 8 Possibilidade de Oposição de Embargos de Terceiros Possuidores Independente do Registro no Cartório Imobiliário, 428
- 9 Tutela Judicial e Extrajudicial do Compromissário Comprador para a Outorga da Escritura Definitiva, 429
- 10 Desnecessidade do Registro do Compromisso de Compra e Venda para a Adjudicação Compulsória, 433
- 11 Compromisso de Compra e Venda Quitado com Emissão de Notas Promissórias em Caráter *Pro Soluto*, 435

XVIII Direitos reais de garantia, 437

- 1 Introdução e Esboço Histórico, 437
- 2 Conceito, 439
- 3 Efeitos Jurídicos, 439
 - 3.1 Sequela, 440
 - 3.2 Preferência, 441

- 3.3 Exequibilidade da Dívida com Garantia Real, 443
- 3.4 Vedação ao Pacto Comissório, 445
- 3.5 Indivisibilidade, 448
- 3.6 Acessoriedade, 449
- 3.7 Sub-Rogação, 449
- 4 Requisitos, 449
 - 4.1 Requisito Subjetivo, 450
 - 4.2 Requisito Objetivo, 451
 - 4.3 Requisitos Formais, 454
- 5 Vencimento Antecipado da Dívida, 455
 - 5.1 Deterioração e Depreciação do Objeto da Garantia Real, 455
 - 5.2 Bens Gravados com Garantia Real Penhorados por Outra Obrigação, 456
 - 5.3 Insolvência ou Falência, 456
 - 5.4 Inadimplemento do Devedor, 456
 - 5.5 Perecimento do Objeto da Garantia Real, 457
 - 5.6 Desapropriação do Objeto da Garantia Real, 457
 - 5.7 Alienação de Imóvel Empenhado, 458
 - 5.8 Vedação ao Enriquecimento sem Causa no Vencimento Antecipado da Dívida, 458
 - 5.9 Escusa do Terceiro Garantidor, 458

XIX Do penhor, 459

- 1 Penhor Comum: Conceito, Características e Requisitos, 459
- 2 Direitos do Credor Pignoratício, 461
 - 2.1 Posse Direta da Coisa Empenhada, 461
 - 2.2 Direito de Retenção, 462
 - 2.3 Responsabilidade Civil pelo Fato da Coisa, 462
 - 2.4 Direito à Execução Judicial, 462
 - 2.5 Venda Amigável do Bem, 463
 - 2.6 Apropriação dos Frutos, 463
 - 2.7 Venda Antecipada do Bem, 464
- 3 Obrigações do Credor Pignoratício, 464
 - 3.1 Dever de Custódia, 465
 - 3.2 Dever de Ressarcimento, 465
 - 3.3 Defesa da Posse, 465
 - 3.4 Dever de Restituição, 465
 - 3.5 Entregar ao Devedor o Valor que Exceder à Dívida, 466
- 4 Da Extinção do Penhor, 466
 - 4.1 Extinção da Obrigação, 466
 - 4.2 Perecimento da Coisa, 466
 - 4.3 Renúncia do Credor Pignoratício, 467
 - 4.4 Confusão, 467
 - 4.5 Adjudicação Judicial do Bem Empenhado, Remição da Dívida e Venda da Coisa Amigável, 467
 - 4.6 Pela Resolução da Propriedade, 467

- 4.7 Reivindicação do Bem Empenhado, 468
- 4.8 Prescrição da Dívida, 468
- 5 Penhor Rural, 468
 - 5.1 Subpenhor Rural, 471
 - 5.2 Cédula Rural Pignoratícia, 471
 - 5.3 Prisão Civil do Devedor Pignoratício no Penhor Rural, 472
 - 5.4 Do Penhor Agrícola, 473
- 6 Do Penhor Pecuário, 475
- 7 Do Penhor Industrial e Mercantil, 475
- 8 Do Penhor de Direitos e Títulos de Crédito, 477
 - 8.1 Modos de Constituição do Penhor de Títulos de Crédito, 480
 - 8.2 Prioridade do Credor Pignoratício, 480
- 9 Do Penhor de Veículos, 481
 - 9.1 Cédula Pignoratícia Veicular, 482
 - 9.2 Obrigatoriedade do Seguro, 483
 - 9.3 Prazo Máximo do Penhor de Veículos, 483
- 10 Do Penhor Legal, 483
 - 10.1 Penhor Legal no Contrato de Hospedagem e o Código de Defesa do Consumidor, 486
 - 10.2 Penhor Legal para Garantir Crédito Locatício Residencial, 487

XX Da hipoteca, 489

- 1 Origem e Conceito, 489
- 2 Natureza Jurídica, 491
- 3 Objeto da Hipoteca, 492
- 4 Características, 493
 - 4.1 Extensibilidade, 493
 - 4.2 Acessoriedade, 495
 - 4.3 Sequela, 495
 - 4.4 Publicidade, 497
 - 4.5 Indivisibilidade, 497
- 5 Requisitos Formais, 498
 - 5.1 Especialização, 498
 - 5.2 Registro, 500
- 6 Hipoteca Constituída com Vistas à Implementação de um Loteamento ou Condomínio Edifício, 503
- 7 Perempção da Hipoteca, 503
- 8 Pluralidade de Hipotecas, 504
- 9 Abandono Liberatório do Imóvel Hipotecado, 505
- 10 Remição da Hipoteca pelo Credor Sub-Hipotecário, 506
- 11 Remição da Hipoteca pelo Adquirente, 507
- 12 Remição do Bem Hipotecado, 508
- 13 Hipoteca Censual, 509
- 14 Hipoteca Legal, 510

- 15 Nulidade da Cláusula que Proíbe o Devedor Hipotecante de Alienar o Imóvel Gravado com Hipoteca, 514
- 16 Extinção da Hipoteca, 515
 - 16.1 Extinção da Obrigação Principal, 515
 - 16.2 Perecimento da Coisa, 516
 - 16.3 Pela Resolução da Propriedade, 517
 - 16.4 Renúncia do Credor, 517
 - 16.5 Remição, 517
 - 16.6 Adjudicação e Alienação do Bem por Iniciativa Particular ou em Hasta Pública, 517
 - 16.7 Cancelamento, 519
- 17 Hipoteca de Vias Férreas, 519

XXI Anticrese, 523

- 1 Conceito e Características, 523
- 2 Direitos e Deveres do Credor Anticrético, 525
- 3 Remição, 526

XXII Alienação fiduciária em garantia de bem móvel, 527

- 1 Referência Histórica do Instituto e sua Evolução no Direito Brasileiro, 527
- 2 Conceito, Natureza e Efeitos Jurídicos, 529
- 3 Institutos Afins, 534
 - 3.1 Negócio Fiduciário e Negócio Simulado, 534
 - 3.2 Compra e Venda com Reserva de Domínio, 535
 - 3.3 Arrendamento Mercantil Financeiro (*Leasing* Financeiro), 536
- 4 Requisitos Subjetivos, Objetivos e Formais, 537
- 5 A Mora do Devedor Fiduciante e seus Efeitos, 543
- 6 A Notificação Extrajudicial para Fins de Comprovação da Mora do Devedor Fiduciante, 547
- 7 Tutela Processual do Credor Fiduciário, 550
- 8 Pacto Comissório, 552
- 9 A Venda Extrajudicial do Bem Recuperado pelo Credor Fiduciário, 553
- 10 Equiparação do Devedor Fiduciante ao Depositário e Prisão do Depositário Infel, 554

XXIII Alienação fiduciária em garantia de bem imóvel, 559

- 1 Análise jurídica da Lei nº 9.514/97, 559

Referências, 567